



Critérios de Pesquisa:

Período: 01/11/2025 a 30/11/2025

Assunto: "PEC DA SEGURANÇA" OR "PEC N. 18, DE 2025"

Documento 1/19

240.2025	Sessão Ordinária - CD	04/11/2025-12:04
Publ.: DCD - 05/11/2025 - 91	Ivan Valente-PSOL -SP	
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

O Deputado afirmou que a extrema direita havia sido derrotada politicamente, mas explorava a reação à violência para obter apoio. Acusou adversários de buscar a "cena do massacre" e vinculou a responsabilização pela insegurança a práticas de milícias e a aliados de Bolsonaro. Criticou também tentativas de equiparar crime organizado a terrorismo e defendeu a PEC da Segurança Pública como instrumento de integração entre forças e de ocupação do território. Citou experiências internacionais que reduziram mortes com políticas integradas e conclamou o Legislativo a priorizar educação, saúde e recursos para diminuir a criminalidade em vez de celebrar mortes.

O SR. IVAN VALENTE (Bloco/PSOL - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a extrema direita estava derrotada em todos os sentidos. De 3 meses para cá, ela foi à lona. O "Bozo" e os generais foram condenados, a farra da anistia e a farsa fracassaram, o projeto sobre o Imposto de Renda foi aprovado por unanimidade aqui, o apoio à traição à Pátria com o Trump naufragou, com o "Bananinha" junto, a COP 30 está no Brasil e foi negociado um acordo com Trump.

Eles precisavam de uma bengala, eles precisavam de um apoio. Qual é o apoio? Produzir fotos de mortes infinitas. É o Carandiru do Cláudio Castro, este criminoso e corrupto que está sendo julgado pelo Tribunal Superior Eleitoral hoje.

Mais do que isso, eles precisavam dar a versão deles. Eles sabem que a população vive apavorada com as milícias, com o Comando Vermelho, com o Primeiro Comando da Capital etc. É óbvio, a ocupação oprime, extorque, causa medo, traz insegurança. Então, eles falam: "*Ah, a população apoiou a operação*". A população vai apoiar por uma razão simples: medo e insegurança. Antes disso, as milícias faziam a mesma coisa que o Comando



Vermelho: extorquiam e oprimiam. Quem dava cobertura para as milícias? Bolsonaro, Flávio Bolsonaro, Adriano da Nóbrega, Queiroz, Ronnie Lessa. Quem são esses caras? Vizinhos de Bolsonaro ou milicianos lotados nos gabinetes dele. E essa gente vem falar aqui de segurança?

Eu vou falar mais. O que é segurança? Há uma PEC da Segurança Pública que quer aqui, neste momento, articular nacionalmente uma resposta ao crime organizado. Como seria essa articulação? Seria com a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal, a Polícia Militar dos Estados, as Guardas Municipais, as Forças Armadas, com equipamentos, para dar conta de saber, com inteligência, organização e integração, responder ao crime organizado. Só que eles não querem isso, os Governadores não querem isso. Eles querem a cena do massacre. É isso o que eles querem. Por isso, eles estão contra. Esse é o primeiro ponto.

Segundo ponto, eles estão lá na CCJ agora querendo passar o projeto que equipara o crime organizado ao terrorismo. Mentira! Vocês não entendem nada disso. Lourival Sant'Anna, articulista do *Estadão*, que cuida de política internacional há 30 anos, escreveu hoje: "*Que mentira é essa? Eu cobri guerras e terrorismo a vida toda. Não tem nada a ver*". É para o Trump. Como ele bombardeia o Iêmen, o Afeganistão e agora a Colômbia e a Venezuela, o Senador Flávio Bolsonaro falou que tinha inveja e queria que fossem bombardeados barcos na Baía da Guanabara. Mais uma traição à Pátria. É canalhice, sem-vergonhice! Querem a invasão do Brasil. Isso não pode continuar, gente!

Para fazer boa política, Presidente... Estou aqui com uma entrevista de hoje do *Valor Econômico* com quem foi Secretário de Segurança da Colômbia, Bogotá. Em Medellín, havia 380 mortes a cada 100 mil habitantes, número que foi reduzido para dez. Em Bogotá, esse índice era de 85 e foi reduzido para treze. Que política foi essa? Integração, ocupação do território.

Vocês são a favor do ajuste fiscal. Não pode gastar. Eles querem... Por que a polícia não ficou lá? Por que eles não explicaram até agora por que o Estado não retirou os setenta assassinados da mata? A própria população foi lá, os familiares foram puxá-los de lá? Quando se abrir de verdade a necropsia independente, quando verificarem os corpos...

(Desligamento do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Charles Fernandes. Bloco/PSD - BA) - Peço que conclua, Deputado.

O SR. IVAN VALENTE (Bloco/PSOL - SP) - A polícia não assumiu as setenta mortes, fugiu do local.

Terceiro ponto, quando eles virem que é preciso haver educação, saúde e recursos para ocupar, vai diminuir a criminalidade. Diminuída a criminalidade, acaba o discurso de vocês, porque vocês não querem votar Imposto de Renda,



melhorar a vida e acabar com a desigualdade. Vocês querem matança. Não passarão!

Documento 2/19

240.2025	Sessão Ordinária - CD	04/11/2025-12:28
Publ.: DCD - 05/11/2025 - 99	Sanderson-PL -RS	
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

O Deputado elogiou a operação policial no Rio de Janeiro, chamada pela população de “Operação Faxina”, afirmando que ela representa uma ação esperada há anos e que precisa continuar em outros Estados. Atribuiu o crescimento do crime organizado à omissão de governos anteriores e, especialmente, à despenalização do consumo de drogas em 2006, durante o Governo Lula, o que, em sua visão, fortaleceu economicamente as facções. Criticou também o Governo Federal, dizendo que não há política de segurança pública efetiva e que a proposta de PEC da Segurança Pública, se estivesse em vigor, teria impedido a operação no Rio. Por fim, defendeu a autonomia dos Estados no combate ao crime e parabenizou as forças policiais pela atuação.

O SR. SANDERSON (PL - RS. Sem revisão do orador.) - Presidente, nós temos assistido, desde a semana passada, a uma ação que há muitos anos a população brasileira esperava e que agora finalmente o Governador do Estado do Rio de Janeiro teve coragem de fazer. Porém, essa é uma ação que não pode parar por aí, porque essa operação que a população tem chamado de "operação faxina" tem desdobramentos. Vários faccionados lá do Rio de Janeiro, nós sabemos, já estão fugindo — como fogem os ratos — para outros Estados, contaminando ainda mais, sobretudo, os Estados vizinhos.

O Rio Grande do Sul já está também em alerta para que essa operação faxina aconteça também lá no nosso Estado, porque, afinal de contas, o Rio de Janeiro não é uma ilha. A cidade do Rio de Janeiro não é uma ilha, E não é só o Rio de Janeiro que está tomado pelas facções criminosas.

Por que as facções ou o crime organizado tomaram conta do Brasil? Porque, nesses últimos 30 anos, à exceção dos 4 anos do Governo Bolsonaro, foram 26 anos de governos omissos, de governos que fecharam os olhos para o agigantamento das facções, inclusive aprovando, em 2006, a despenalização do consumo de drogas no Brasil.

As últimas 2 décadas são simbólicas. Em 2006, com o Governo Lula, ele



sancionou esse projeto de despenalização do consumo de drogas, cujo Relator inclusive era um Deputado Federal gaúcho, o Paulo Pimenta.

Quando houve essa despenalização — e nós alertamos, inclusive, lá atrás —, explodiu o tráfico de drogas. As facções ganharam musculatura econômica, ganharam estrutura quase que de pessoas jurídicas e, hoje, para matar esse câncer, o Estado tem que ter muita força, muita disposição. Sabemos que o atual Governo não tem força, nem inteligência, nem capacidade para nada. Todos os setores vão muito mal. A saúde vai muito mal, a educação vai muito mal, a infraestrutura brasileira vai pessimamente mal. Eles não dão bola para o agronegócio e para a produção primária, mas nada vai tão mal quanto a segurança pública. A segurança pública no Governo Lula é um conjunto vazio, não tem nada, não tem um programa e um projeto de enfrentamento de fato.

Se fôssemos levar essa PEC da segurança que foi encaminhada para cá, nos termos originais da proposta e se ela já estivesse valendo, essa operação do Rio de Janeiro nem teria acontecido, Deputado Sargento Gonçalves. Se a PEC do Lula, essa PEC da segurança, já estivesse valendo, a operação do Rio de Janeiro não teria acontecido, porque eles querem centralizar tudo em Brasília, alijando as Secretarias de Segurança Pública dos Estados.

Isso não vamos aceitar. Precisamos continuar com essa faxina no Rio de Janeiro e em outros Estados também. Precisamos dar disposição, colocando luz, aos operadores do Rio de Janeiro para que aqueles outros faccionados que fugiram ou que se homiziaram em casas de família sejam capturados.

Quem opta pelo confronto não é a polícia. Quem opta com pelo confronto é a marginalidade, e o Estado não tinha mais o que fazer, e fizeram o que fizeram lá.

Parabéns aos policiais militares e civis do Rio de Janeiro!

Documento 3/19

240.2025	Sessão Ordinária - CD	04/11/2025-12:32
Publ.: DCD - 05/11/2025 - 101	Ivan Valente-PSOL -SP	
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

O Deputado criticou as declarações de Parlamentares que afirmaram que o Governo Federal não teria propostas para a segurança pública, destacando que a PEC da Segurança Pública busca exatamente enfrentar o crime organizado com integração, inteligência e tecnologia, e não com violência. Condenou as ações de Governadores que manipulariam as polícias militares para promover



massacres, como o ocorrido no Rio de Janeiro, e comparou a operação ao massacre do Carandiru. Defendeu também o uso de estratégias inteligentes, citando a Operação Carbono Oculto, que desarticulou o PCC e recuperou R\$ 3 bilhões, em contraste com o prejuízo de apenas R\$ 13 milhões causado ao Comando Vermelho na recente operação no Rio. Criticou ainda o que chamou de “necropolítica” e o uso eleitoral do medo e da insegurança, acusando Governadores bolsonaristas de corrupção e má gestão. Por fim, afirmou que o combate ao crime deve ser feito com planejamento, investimento social e inteligência, e não com execuções e políticas de morte.

O SR. IVAN VALENTE (Bloco/PSOL - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Parlamentar que me antecedeu, agora há pouco, falou que o Governo não tem nenhuma iniciativa na área de segurança pública.

A PEC da Segurança Pública é exatamente a resposta correta para se enfrentar o crime organizado, as organizações criminosas, numa integração, com inteligência, com equipamentos, mas eles não querem isso. Os Governadores da extrema direita fascista querem manipular as polícias militares para causar massacres, como esse que foi feito no Rio de Janeiro.

E eu diria que um exemplo disso foi a Operação Carbono Oculto, feita contra o PCC, que naquele momento levou ao fechamento de quarenta *fintechs* e arrecadou 3 bilhões de reais.

Sabe quanto eles falaram que deram de prejuízo para o Comando Vermelho no Rio de Janeiro? Treze milhões de reais. A Polícia Federal arrecadou 3 bilhões de reais. Isso é asfixiar o crime. Isso é usar inteligência. Nenhum morto lá; 121 mortos no Rio de Janeiro, inclusive quatro policiais perderam a vida.

Eles é que não têm proposta. A proposta deles é "bandido bom é bandido morto", é invadir, é Carandiru.

A segunda resposta do Governo está aí, não só penalizando mais as facções criminosas, mas definindo o que é uma facção criminosa. Não, mas para eles tudo é terrorismo.

O trumpismo é uma ignorância, é uma estupidez, é uma desinformação ao público.

Nós queríamos dizer o seguinte: o que acontece e aconteceu no Rio ou em São Paulo é que a população vitimada quer, na verdade, que se ocupe uma área, mas que se ocupe com recursos, com educação, com assistência social, com saúde pública, com habitação, que isso permaneça. E isso custa caro.

Eles defendem ajuste fiscal aqui. Eles são contra o Governo arrecadar para investir em segurança pública, saúde e educação. Eles querem acabar com o piso constitucional da educação. Isso é uma sem-vergonhice! Eles querem defender os super-ricos aqui. É disso que se trata. Não há política pública



nenhuma que sirva para eles.

Por quê? Porque a lógica é esta: aproveitar o medo, a insegurança da população para ganhar votos. Mas isso vai passar, porque são 6 meses. E o que aconteceu no Carandiru é que a imagem que ficou foi a dos 111 mortos nos caixões, e o Governador Fleury se lascou.

No Rio também. Esse Governador veio do Witzel, Deputado Paulo. Veja: durou 3 meses, era corrupto, ladrão, sem-vergonha, andava de helicóptero metralhando o povo, era bolsonarista, como Cláudio Castro. Era um Vereadorzinho do cantinho lá, corrupto. Agora ele roubou mais. Está lá no TSE: 248 milhões de reais.

Essa turma toda vai perder de novo e vai parar na cadeia, como acabou Bolsonaro. Ah, estou torcendo para, daqui a 10 dias, ele entrar na Papuda, para o povo falar: *"Pagou pelos seus crimes. Os generais pagaram pelos seus crimes"*.

E os que propõem a necropolítica, a política de morte, aqui praticam crime também, porque eles torcem pela morte. Não existe humanidade e não existe resposta efetiva ao crime. Para isso, é preciso ter planejamento, asfixiamento do crime organizado, é preciso ter inteligência. Eles não querem inteligência, querem reproduzir fotos de massacres.

Essa política é falida, essa política não leva a nada. Mesmo no Rio, houve três massacres antes deste aqui durante o Governo Cláudio Castro. Essa é a realidade, essa é a fotografia real.

"Ah, mas a população está a favor." Ela vai ser a favor porque ela está com medo mesmo. Medo de quê? Da extorsão, da ameaça, até do estupro das milícias também, apoiadas pelos bolsonaristas: Adriano da Nóbrega, Queiroz, Ronnie Lessa, amigos de vocês e de Bolsonaro, que os condecorou com a Medalha Tiradentes.

Portanto, isso tudo vai ser esclarecido para a população brasileira. A população brasileira vai observar que precisa de respaldo, de financiamento, precisa da polícia também, mas não para matar setenta pessoas e abandonar... Por quê? Porque tem culpa no cartório? Por que o poder do Estado não desceu com os setenta corpos? A gente sabe por que. E isso vai aparecer.

Obrigado, Sr. Presidente.



Sumário

O Deputado defendeu a recente operação policial no Rio de Janeiro, elogiando o Governador Cláudio Castro e afirmando que a ação, que resultou na morte de 117 criminosos, teve apoio da maioria da população das comunidades, segundo pesquisa Atlas. Criticou a Esquerda, especialmente o PT e o PSOL, acusando-os de defender criminosos. Destacou também sua origem humilde e trajetória pessoal como exemplo de que é possível escolher o caminho do bem. Por último, criticou a PEC da Segurança Pública e o projeto antifacção, enviados pelo Governo Federal, e defendeu, em contrapartida, o Projeto de Lei nº 2.646, de 2025, elaborado pela Comissão de Segurança Pública.

O SR. SARGENTO GONÇALVES (PL - RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o tema segurança pública causa desespero na extrema esquerda, no PT e no PSOL, porque de fato para eles bandido bom não é bandido morto. Por quê? Porque, quando morrem bandidos, eles perdem eleitores.

No Rio de Janeiro, a polícia fez uma faxina inicial, 117 criminosos morreram, foram neutralizados. Consequentemente, são 117 votos a menos para a extrema esquerda.

O Deputado sobe à tribuna e não vai dentro de uma lógica da sociedade de bem, do povo de bem do Rio de Janeiro. A pesquisa Atlas demonstrou que 87% da população que mora em comunidades no Rio de Janeiro foram favoráveis à megaoperação da Polícia Militar e da Polícia Civil, comandada pelo Governador Cláudio Castro, que merece todas as nossas continências porque de fato botou quente na vagabundagem lá no Rio de Janeiro.

Criminoso, se não quer morrer, não enfrente, não desafie, não confronte a Polícia Militar.

Eu falo com muita tranquilidade, com muita legitimidade, porque sou filho da periferia. Na periferia, perdi alguns colegas de infância para o crime, porque decidiram se tornar traficantes, criminosos e morreram. Mas também há muito homem de bem, muito amigo que se tornou homem de bem: motorista de ônibus, vendedor de calçados, policial militar, como eu me tornei, e tantas outras profissões dignas. Tenho orgulho de dizer que fui servente de pedreiro durante a minha adolescência. Limpei muito mato para poder bancar as minhas despesas, ajudar meu pai, sustentar a família, e, nem por isso, decidi me envolver com o crime.

Agora a extrema esquerda fica com esse discurso de vitimização. Na verdade, como bem disseram alguns Deputados, é o partido dos traficantes. Os partidos de esquerda, infelizmente, representam interesses de criminosos. Por isso, na eleição passada, quase 80% dos presos votaram no PT e festejaram depois a



vitória do descondenado. Por quê? Porque sabiam que aqui estariam bem representados por esses que, infelizmente, preferem defender criminosos a proteger cidadãos de bem.

O povo do Rio de Janeiro, o povo de bem, se sentiu representado pela ação da Polícia Militar, na qual, infelizmente, tivemos quatro baixas, quatro policiais, dois militares e dois civis. E isso, sim, sentimos muito. Podem morrer mil bandidos, mas não se paga a vida de um cidadão de bem.

Foram para as ruas fazer showzinho, reclamar, chamar de genocídio. Diariamente morrem mais de cem cidadãos de bem, vítimas da violência no Brasil. São quase 40 mil mortos no País, vítimas da violência, e a gente não vê a Esquerda aqui defendendo ou falando sobre segurança pública. Quando fala, é para defender o interesse de criminosos e prejudicar o cidadão de bem.

E o Governo manda uma matéria para cá, uma PEC, que diz ser PEC da segurança pública, mas não traz solução alguma para a segurança pública. Muito pelo contrário, centraliza o poder no Governo Federal, que flerta com o crime organizado. Se essa PEC da segurança que o Governo enviou estivesse em vigor, Deputado Delegado Caveira, não teria havido essa operação no Rio de Janeiro, e aqueles criminosos continuariam lá atuando, tirando a paz da sociedade, daquelas comunidades. Mas, graças a Deus, ainda não passou essa PEC aqui.

Sr. Presidente, outra proposta, outro engodo do Governo Federal é esse PL que eles enviaram, o tal de antifacção ou antimáfia. Na verdade, esse projeto faz sabe o quê? Dá a possibilidade de redução de pena a membros de organização criminosa. Se quer combater o crime realmente, o Governo tem que apoiar o Projeto de Lei nº 2.646, de 2025, da Comissão de Segurança Pública, um projeto feito por quem entende de fato de segurança pública.

Deus abençoe o Brasil!

Agradeço a oportunidade, Sr. Presidente.

Documento 5/19

240.2025	Sessão Ordinária - CD	04/11/2025-17:08
Publ.: DCD - 05/11/2025 - 216	Capitão Alberto Neto-PL -AM	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

O Deputado criticou o Projeto de Lei nº 5.582, de 2025, do Governo Federal, que dispõe sobre o combate às organizações criminosas no País, por conter previsão de redução de pena em determinadas circunstâncias. Ademais, classificou as organizações criminosas Primeiro Comando da Capital (PCC) e



o Comando Vermelho como terroristas e declarou que a proposição é prejudicial à segurança pública. Além disso, reprovou o caráter centralizador da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 18, de 2025, que dispõe sobre competências da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios relativas à segurança pública. Por fim, condenou o Governo Federal por priorizar gastos com publicidade em vez de investimentos em segurança, bem como pela falta de efetivo da Polícia Federal e pela vulnerabilidade das fronteiras no Amazonas.

O SR. CAPITÃO ALBERTO NETO (PL - AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

Presidente, eu tive que pedir este minuto porque acabei de receber aqui um projeto desse Governo, que só pode estar de brincadeira, mas uma brincadeira sem graça. O Governo traz um projeto para combater as organizações criminosas, mas há uma parte do projeto que reduz a pena para quem comete um crime tão bárbaro. Não se trata mais de organizações criminosas: organizações como PCC e Comando Vermelho são organizações terroristas, e a gente vem com um projeto que vai de encontro com o que a gente precisa resolver na segurança pública.

Infelizmente, não dá para confiar nesse Governo, não dá para confiar nessa PEC da Segurança, que quer centralizar. Não dá para confiar num Governo que investe mais em publicidade, investe mais em Facebook, do que na segurança pública. Eu não tenho dúvida: se essa PEC tivesse passado, a operação que aconteceu no Rio de Janeiro não iria acontecer.

Eu sou lá do Amazonas, Presidente. A nossa fronteira está desprotegida. A Polícia Federal está sem efetivo.

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. Bloco/MDB - MA) - Conclua, Deputado.

O SR. CAPITÃO ALBERTO NETO (PL - AM) - Hoje, a nossa Polícia Federal não tem condições nem recursos para fazer um combate efetivo. O Brasil não produz droga. Quem produz droga são os países vizinhos, mas são as nossas organizações criminosas que estão indo lá produzir e estão passando com facilidade, porque nós temos um Governo que investe mais em Facebook do que em segurança pública.

Obrigado, Presidente.



Sumário

O Deputado criticou a postura do Governo Federal e do Partido dos Trabalhadores (PT) em relação à segurança pública, apontando incoerências nas políticas de indenização de vítimas de confrontos policiais. Ressaltou que, enquanto o Estado do Rio de Janeiro seria responsabilizado pelas indenizações às famílias de policiais falecidos, o Governo Federal buscaria indenizar famílias de traficantes. Ademais, questionou o PL Antifacção (Projeto de Lei nº 5.582, de 2025), afirmando que, apesar da narrativa de endurecimento contra facções criminosas, o texto reduziria penas de traficantes, exceto para líderes de organizações criminosas. Além disso, criticou a PEC da Segurança Pública (Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 2025) por concentrar o controle das polícias no Governo Federal. Por fim, declarou que o Governo carece de credibilidade para tratar de segurança pública, uma vez que privilegiaria criminosos em detrimento de cidadãos e trabalhadores, deixando o País sob domínio de facções.

O SR. RODRIGO DA ZAELI (PL - MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente Chris Tonietto, agradeço a oportunidade de falar.

Eu quero ressaltar a fala do Deputado do PT que nos antecedeu, que disse que vai esperar baixar a poeira para cobrar do Estado do Rio de Janeiro que indenize as famílias dos policiais. E o Governo Federal, o Presidente da República, do PT, quer indenizar a família dos bandidos. Olhem como é que gosta de bandido este Governo! Vai jogar lá para o Estado do Rio de Janeiro a indenização das famílias dos policiais trabalhadores, que morreram no seu ofício, mas vai indenizar as famílias dos queridos eleitores do PT que morreram no confronto com a polícia. É assim que o PT trabalha, aliado a facções criminosas.

Eles têm uma solução para tudo. Agora tem o PL Antifacção, que, no discurso, na narrativa, é para endurecer o combate às facções criminosas, mas, no texto, diminui pena de traficante. É isso que está no texto, que aumenta a pena, mas dá o benefício da redução de pena a todos, a não ser que se trate do cabeça da facção ou de quem financia o crime organizado. O restante pode ser aliviado. É o que quer o PT, aliviar as penas de quem já está preso e de quem vier a ser preso. Esse é o PL Antifacção — é antifacção do bem, porque o bem está sendo prejudicado, e o mal continua levando vantagem.

O surpreendente é que eles voltam a falar da PEC da Segurança Pública, que quer deixar todo o controle e toda a organização da polícia do Brasil inteiro na mão do Governo Federal. É a mesma coisa de deixar o lobo cuidar das ovelhas. Será que vai sobrar alguma viva? Não vai!

Este Governo não tem um pinga de escrúpulo para falar de segurança pública,



porque só fica do lado do bandido, nunca fica do lado do cidadão de bem. Vai cobrar do Estado do Rio de Janeiro a indenização às famílias dos policiais que foram abatidos pelos traficantes, mas, para as famílias dos traficantes, eles mesmos do Governo dão um jeito, resolvem em casa, que é tudo por ali mesmo. Essa é a visão de segurança pública que tem esse Governo Federal.

E segurança pública não pega só o andar de cima, não. Muito pelo contrário, pega o pobre, o trabalhador que está todo dia na rua ganhando seu dinheiro com seu suor. É esse povo que está sendo prejudicado por essa insegurança, neste País que o Governo mentiroso do PT deixa sob domínio das facções.

Documento 7/19

240.2025	Sessão Ordinária	- 04/11/2025-10:00
	CD	
Publ.: DCD - 05/11/2025	- Capitão Alberto Neto-PL	-AM
345		
	ENCERRAMENTO	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO

Sumário

O Deputado criticou resposta do Governo Federal à Operação Contenção realizada em 28 de outubro nos complexos da Penha e do Alemão, Rio de Janeiro. Caracterizou a operação policial como batalha necessária contra crime organizado. Apontou que 121 mortos incluíram quatro policiais heróis e 117 criminosos com ficha extensa e mandados em aberto, ressaltando aprovação de 55% da população nacional conforme pesquisa AtlasIntel. Criticou também posicionamento presidencial que caracteriza traficantes como vítimas de usuários, contrastando com apoio do Governador Cláudio Castro à operação com 2.500 policiais. Destacou a burocracia federal que dificulta concessão de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), impedindo apoio das Forças Armadas, e questionou efetividade de políticas federais como "Município Mais Seguro" e "projetos-piloto" sem integração real com polícias estaduais. Apontou ainda que PEC da Segurança Pública (Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 2025), considerada tímida até por apoiadores, permanece paralisada na Câmara por falta de força política governamental, ressaltando que centralização da segurança na União não funciona, conforme alertado pelo relator Deputado Mendonça Filho. Finalmente, afirmou que 76% da população fluminense deseja atuação do Exército em segurança pública e 66% quer maior responsabilidade federal, argumentando que verdadeiras vítimas são moradores de comunidades sob domínio do tráfico e os quatro policiais mortos, e solicitou apoio irrestrito às polícias com equipamento, treinamento, salário digno e proteção jurídica, além de penas mais duras para criminosos de alta periculosidade e facilitação da GLO.



**DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO
CAPITÃO ALBERTO NETO (SEM REGISTRO TAQUIGRÁFICO).**

Excelentíssimo Senhor Presidente,
Senhoras Deputadas,
Senhores Deputados,
Senhoras e senhores,

Enquanto as elites políticas debatem teorias em Brasília, o povo brasileiro vive uma realidade brutal nas ruas: o Estado perdeu o controle de vastas áreas do território nacional para facções criminosas. A Operação Contenção, realizada em 28 de outubro nos complexos da Penha e do Alemão, não foi uma tragédia – foi uma batalha necessária em uma guerra que o governo federal se recusa a reconhecer que existe.

Cento e vinte e um mortos. Quatro heróis policiais que deram suas vidas para proteger a população. Cento e dezessete criminosos que escolheram enfrentar o Estado a bala. E o que vemos? Organizações internacionais de direitos humanos chorando pelos bandidos. ONGs fazendo manifestações em defesa de traficantes. Políticos de esquerda classificando a operação como "massacre".

Mas sabe quem apoia essa operação? O povo brasileiro. Pesquisa da AtlasIntel mostra 55% de aprovação nacional, chegando a percentuais ainda maiores no Rio de Janeiro. Por quê? Porque o cidadão de bem está cansado. Cansado de ver o crime organizado mandar nas comunidades. Cansado de ver bandidos com fuzis controlando territórios como se fossem donos. Cansado de um governo federal frouxo, omissivo e ideologicamente comprometido com narrativas que protegem criminosos em detrimento de vítimas.

Vamos falar com todas as letras: o presidente Lula disse na Indonésia que "traficantes são vítimas de usuários". Repito: TRAFICANTES SÃO VÍTIMAS. Esse é o presidente que temos. Um presidente que precisa ser orientado por sua própria equipe a não falar sobre segurança pública porque cada vez que abre a boca, defende criminosos.

Enquanto o governador Cláudio Castro teve a coragem de enfrentar o Comando Vermelho com uma operação de 2.500 policiais – a maior em 15 anos – o governo federal fez o quê? Criticou. Disse que não foi acionado. Lavou as mãos. Ficou do lado das ONGs internacionais que condenam a ação.

E quando Castro pediu apoio? Ah, não, não pode usar blindados das Forças Armadas porque a AGU diz que precisa de GLO. Então deixa os policiais



morrerem, né? Deixa o Comando Vermelho continuar dominando 26 comunidades. Porque o importante é seguir o protocolo burocrático de Brasília, enquanto o Rio de Janeiro sangra.

Dos 121 mortos, 78 tinham ficha criminal extensa e 42 tinham mandados de prisão em aberto. Eram criminosos foragidos, armados, que decidiram trocar tiros com a polícia. Não eram inocentes colhendo flores. Não eram trabalhadores voltando para casa. Eram membros do Comando Vermelho que há anos aterrorizam essas comunidades.

E o principal alvo, o Doca, não foi preso? É verdade. Mas foram apreendidas 118 armas – incluindo 91 fuzis –, mais de uma tonelada de drogas, 14 explosivos, e foram presas 113 pessoas, incluindo o operador financeiro do Doca. A estrutura da facção foi golpeada. O território foi retomado temporariamente pelo Estado.

Claro que a operação não foi perfeita. Operações de guerra nunca são. Quatro policiais heróis morreram defendendo o Estado brasileiro. Um delegado teve a perna amputada. Quinze policiais ficaram feridos. Esses são os homens e mulheres que colocam suas vidas em risco enquanto políticos em Brasília fazem discursos bonitos sobre "direitos humanos dos bandidos".

E qual é a resposta do governo federal? Uma PEC da Segurança Pública que é chamada de "tímida" até pelos seus próprios apoiadores. Uma proposta que está há meses parada na Câmara porque o governo não tem força política nem vontade real de aprovar.

A PEC quer centralizar a segurança pública na União. Quer que Brasília dite como estados devem agir. Governadores como Castro e Caiado – que estão na linha de frente do combate ao crime – são tratados como obstáculos, não como parceiros. O governo quer controle, mas não quer responsabilidade. Quer mandar, mas não quer resultados.

O relator da PEC, deputado Mendonça Filho, já avisou: vai mudar tudo isso, porque centralização não funciona. Mas o governo insiste, porque no fundo não quer resolver o problema da segurança – quer controlar politicamente quem resolve.

O Ministério da Justiça anuncia o "Município Mais Seguro" com R\$ 170 milhões para guardas municipais. Bonito no papel. Mas cadê a integração real com as polícias estaduais que estão no front? Cadê o apoio às operações que de fato enfrentam o crime organizado?

Anunciam "projetos-piloto de retomada territorial" na Bahia e no Rio Grande do Norte – coincidentemente, estados governados pelo PT. Anunciam



"centros de inteligência" na Amazônia. Tudo muito lindo, tudo muito bem pensado para as eleições de 2026. Mas na prática? O Comando Vermelho continua mandando no Rio, o PCC domina São Paulo, e as facções já são classificadas como organizações terroristas pelo Paraguai.

Setenta e seis por cento da população do Rio, segundo o Datafolha, acha que o Exército deveria atuar na segurança pública. Sessenta e seis por cento querem que o governo federal tenha mais responsabilidade sobre segurança. Mas o que faz o governo federal? Empurra a responsabilidade para os estados, critica quem age, protege criminoso com discurso de "direitos humanos".

O povo brasileiro sabe diferenciar vítima de bandido. Sabe que polícia não é inimiga – é protetora. Sabe que operação policial não é massacre – é retomada do território. Sabe que quando um criminoso escolhe pegar em armas contra o Estado, ele assume as consequências.

As verdadeiras vítimas são os moradores dessas comunidades que há décadas vivem sob domínio do tráfico. São as crianças que não podem ir à escola quando tem "guerra". São os trabalhadores que não conseguem sair para trabalhar. São os comerciantes extorquidos. São as mães que perdem filhos para o tráfico ou para balas perdidas.

As verdadeiras vítimas são os quatro policiais mortos – Rodrigo Velloso Cabral, Marcus Vinícius Cardoso de Carvalho, Cleiton Serafim Gonçalves e Heber Carvalho da Fonseca. Homens que deixaram famílias, filhos, sonhos. Homens que vestiram a farda sabendo dos riscos porque acreditam que o Estado precisa prevalecer sobre o crime.

O governo federal precisa parar de proteger bandido e começar a apoiar quem combate o crime. Chega de discurso ideológico. Chega de relativizar violência. Traficante armado não é vítima – é inimigo do Estado.

A Garantia da Lei e da Ordem - GLO necessita ser facilitada, não dificultada. As Forças Armadas devem ter autorização para apoiar operações quando necessário, sem burocracia que atrasa e mata policiais.

Carecemos de penas mais duras. Não adianta prender hoje e soltar amanhã. Criminoso de alta periculosidade, chefe de facção, traficante de armas – cadeia e pronto. Regime fechado, isolamento, acabou.

Necessitamos de inteligência de verdade, não esses "centros" que o governo anuncia para aparecer na mídia. Infiltração, escuta, rastreamento de dinheiro, cooperação internacional real.

É fundamental o apoio irrestrito às polícias. Equipamento,



treinamento, salário digno, proteção jurídica para agentes que agem dentro da lei. Chega de transformar policial em réu e bandido em vítima.

A Operação Contenção mostrou que quando o Estado age com firmeza, o crime recua. Não foi perfeita, mas foi necessária. E o povo sabe disso. Pesquisa mostra, redes sociais mostram, a realidade mostra.

O problema não é a operação – é um governo federal ideologicamente comprometido com narrativas que protegem criminosos. É um presidente que chama traficante de vítima. É um ministro da Justiça que anuncia projetos que não saem do papel. É uma burocracia que amarra quem quer agir e protege quem deveria estar preso.

O povo brasileiro quer segurança. Quer andar na rua sem medo. Quer que seus filhos cresçam em paz. Quer que o Estado seja mais forte que o crime. E se o governo federal não tem coragem para isso, que ao menos não atrapalhe quem tem.

Cláudio Castro teve coragem. Os 2.500 policiais que entraram no Alemão e na Penha tiveram coragem. Os quatro que morreram são heróis. E o povo brasileiro está com eles, não com as ONGs, não com os relatores da ONU, não com os políticos de Brasília que nunca pisaram numa favela dominada pelo tráfico.

Chegou a hora de escolher de que lado estamos: do lado do Estado de Direito ou do lado do crime organizado. Do lado dos policiais ou dos traficantes. Do lado do povo ou da ideologia.

Eu escolhi. E você?

Muito obrigado.

Solicito a divulgação deste discurso nos meios de comunicação da Câmara dos Deputados e no programa Voz do Brasil.

Documento 8/19

241.2025

Sessão Ordinária - 05/11/2025-10:00
CD

Publ.: DCD - 06/11/2025 -
376

Rubens Pereira Júnior-PT -MA

ENCERRAMENTO DISCURSO
ENCAMINHADO
DISCURSO

Sumário

O Deputado tratou do avanço do crime organizado sobre setores econômicos e instituições, citando a operação Carbono Oculto, que revelou rede de postos de



combustíveis envolvidos em lavagem de dinheiro no Piauí, Maranhão e Tocantins. Relatou tentativas de infiltração criminosa em atividades comerciais e aquisição de imóveis, indicando risco crescente à economia regional. Na oportunidade, defendeu a urgência de aprovar a Lei Antifacção, tema do Projeto de Lei nº 5.582, de 2025, que altera a Lei nº 12.850, de 2013, o Código Penal, o Código de Processo Penal, a Lei nº 8.072, de 1990, a Lei nº 7.960, de 1989, e a Lei nº 7.210, de 1984, para dispor sobre o combate às organizações criminosas no País; e a chamada PEC da Segurança Pública, proposta pelo Governo Federal, via Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 2025, que altera os art. 21, art. 22, art. 23, art. 24 e art. 144 da Constituição, para dispor sobre competências da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios relativas à segurança pública. Explicou que tais propostas reforçam a cooperação policial, ampliam investigações financeiras e ajudam a coibir o uso de empresas de fachada. Por fim, conclamou o Parlamento a agir de forma unificada para proteger a sociedade e impedir que organizações criminosas controlem territórios e economias locais.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO RUBENS PEREIRA JÚNIOR (SEM REGISTRO TAQUIGRÁFICO).

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nos termos do Regimento Interno, e dada a impossibilidade de leitura em plenário, solicito a V.Exa. que seja dado como lido, para efeito de registro nos Anais desta Casa, este discurso de minha autoria.

Ocupo esta tribuna para tratar de um tema que atravessa as fronteiras da política, das ideologias e dos territórios: o avanço silencioso e devastador do crime organizado sobre as estruturas econômicas e institucionais do nosso país. O que antes se limitava às periferias das grandes capitais hoje se alastra pelo interior, pelas cidades médias, pelos setores produtivos e até pelas campanhas eleitorais.

Nos últimos dias, o Brasil tomou conhecimento da operação denominada Carbono Oculto, que dismantelou uma rede de mais de cinquenta postos de combustíveis com vínculos diretos com o crime organizado, atingindo estados do Piauí, do Maranhão e do Tocantins. Foram identificadas movimentações financeiras bilionárias, empresas de fachada e tentativas sofisticadas de lavagem de dinheiro. A investigação revelou que o dinheiro sujo, antes concentrado no eixo Sudeste, passou a buscar refúgio em regiões do Nordeste, explorando brechas de fiscalização e fragilidades regulatórias.

O Maranhão também tem sentido esse movimento. Há relatos e



indícios de que criminosos tentam se infiltrar no comércio de combustíveis, na compra de terrenos e na constituição de empresas fantasmas para mascarar o fluxo de recursos ilícitos. Essa realidade é grave, pois demonstra que o crime organizado já não se contenta em dominar territórios — agora quer dominar economias locais, corromper o sistema financeiro e influenciar decisões políticas.

É diante desse cenário que se faz urgente a aprovação da Lei Antifacção, proposta pelo presidente Lula, e da PEC da Segurança, que tramitam nesta Casa. Não se trata de um debate teórico ou de uma disputa partidária. Trata-se de uma necessidade nacional, de uma defesa da soberania do Estado brasileiro. Essas propostas fortalecem a cooperação entre forças policiais, ampliam os mecanismos de investigação financeira e estabelecem instrumentos mais duros contra o uso de laranjas, fintechs e empresas de fachada que servem para esconder o dinheiro do crime.

O crime organizado é um poder paralelo que se alimenta das brechas da lei, da lentidão da Justiça e da falta de integração entre os órgãos de segurança. Ele se apresenta, muitas vezes, com a aparência de empresário bem-sucedido, de investidor promissor, de cidadão exemplar. Mas por trás da fachada, move bilhões que nascem do tráfico, da corrupção, da exploração e da violência. É um inimigo que se adapta, que muda de rosto, mas que tem um objetivo constante: fragilizar o Estado e comprar a sociedade.

Não é mais possível admitir que organizações criminosas tenham estrutura mais eficiente que a do próprio Estado. Não podemos aceitar que lavem dinheiro com a mesma facilidade com que abrimos uma conta bancária. O Brasil precisa agir com unidade, inteligência e coragem.

A PEC da Segurança é o caminho para uma atuação nacional coordenada, capaz de unir a inteligência das forças federais e estaduais, com compartilhamento de dados e estratégias comuns. Já a Lei Antifacção representa o endurecimento necessário para cortar o fluxo financeiro das facções, desmontando o alicerce econômico que sustenta a violência.

O Maranhão, o Piauí e o Tocantins não podem se tornar refúgio da criminalidade financeira que foge da fiscalização do Sudeste. Precisamos proteger nossa região, nossas famílias, nossos trabalhadores e empresários honestos, que são as maiores vítimas desse sistema criminoso.

Defender a aprovação dessas medidas é defender o Brasil profundo — o Brasil que trabalha, que produz, que acredita na lei. É assegurar que o crime



não domine as estruturas da economia e da política. É garantir que os recursos públicos e privados circulem em ambiente limpo, transparente e justo.

Por isso, faço um apelo à consciência desta Casa: que unamos forças, além das diferenças partidárias, para aprovar com urgência a Lei Antifacção e a PEC da Segurança. Que esta Câmara envie ao país uma mensagem clara — a mensagem de que o Parlamento brasileiro não se curva ao crime, não tolera a corrupção e não teme enfrentar quem ameaça o Estado de Direito.

Que todo o Brasil saiba que estamos atentos, vigilantes e determinados a resgatar a autoridade do Estado sobre o território, sobre a economia e sobre o futuro do nosso povo.

Porque onde o Estado se omite, o crime governa. E nós, aqui, não fomos eleitos para recuar diante da criminalidade — fomos eleitos para enfrentá-la, com firmeza, coragem e compromisso com o Brasil.

Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer.

Documento 9/19

245.2025	Sessão Ordinária - CD	11/11/2025-15:08
Publ.: DCD - 12/11/2025 - 63	Bohn Gass-PT -RS	
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

O Deputado criticou o Governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, por enviar à Câmara dos Deputados seu Secretário, Guilherme Derrite, para relatar o Projeto de Lei (PL) nº 5.582, de 2025, que trata do enfrentamento às facções criminosas, a fim de enfraquecer a Polícia Federal e favorecer o crime organizado. Ademais, condenou a operação policial recente no Rio de Janeiro (RJ), que classificou como pirotécnica e ineficaz por não atingir os mandantes do tráfico. Além disso, apontou que as armas em poder das milícias têm origem nas liberações adotadas pelo Governo Bolsonaro. Por fim, defendeu a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 18, de 2025, que dispõe sobre as competências da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios relativas à segurança pública, e do PL anti-facção, conclamando a sociedade a rejeitar o relatório apresentado pelo Deputado Derrite.



O SR. BOHN GASS (Bloco/PT - RS. Sem revisão do orador.) - Presidente Deputado Alberto Fraga, colegas Deputados, eu tenho uma pergunta a fazer: a quem interessa enfraquecer a Polícia Federal? Só existe uma resposta: ao crime. Enfraquecer a Polícia Federal significa fortalecer o crime — o crime organizado, o PCC, as milícias.

Alguém vai perguntar: *"Mas Bohn Gass, por que você está dizendo isso hoje?"* Porque o Tarcísio de Freitas, o Governador de São Paulo — pasme, Brasil —, liberou o seu Secretário Guilherme Derrite para ser Relator do projeto tão bom que o Presidente Lula nos enviou para o combate às facções criminosas, e o Derrite, da extrema direita, vem aqui fazer um relatório pró-facção, que libera os bandidos, que incentiva pirotecnias como a que fizeram poucos dias atrás no Rio de Janeiro naquela ação sem uso de inteligência que matou pessoas, entre elas policiais, cujas famílias hoje são vítimas de uma postura errada do Governador do Rio de Janeiro, que precisou responder a uma política que a extrema direita está perdendo. Quiseram aprovar aqui uma blindagem para políticos criminosos. A sociedade rechaçou. Aí fizeram todo aquele ato pirotécnico que não prendeu os mandantes do tráfico, que era o que tinha que ter sido feito. Serviço de inteligência serve para isso, para prender os mandantes. Não conseguiram.

Precisavam, então, criar um ambiente. *"Ah, quem é que combate o tráfico, quem é que combate o crime organizado?"* Agora ficou claro. Nós dissemos que queremos combater. Nós queremos aprovar a PEC da Segurança. A extrema direita não quer. Nós queremos aprovar o projeto antifacção. Agora a Direita vem com esse relatório do Deputado Derrite, que é pró-facção, que enfraquece a Polícia Federal, gente! Vocês não conseguem entender que a Polícia Federal tem mais inteligência, tem mais estrutura, e pode trabalhar com a força? Ela só seria acionada — pasmem! —, se um Governador solicitasse. Além de isso ser totalmente inconstitucional, enfraquece a possibilidade de uma ação coordenada.

O Ministro Lewandowski e o Lula, quando trabalham a PEC da Segurança e, ao mesmo tempo, o projeto de lei antifacção — não pró-facção, como vocês querem, para facilitar o crime —, têm que ser inteligentes, têm que usar todas as forças, têm que trabalhar de forma organizada, para combater, na origem, quem patrocina o crime. De onde é que essa gente tira tanto dinheiro? As armas das milícias eu sei que vieram, boa parte delas, dos CACs, da liberação generalizada que o Bolsonaro autorizou. Essas armas hoje matam inclusive policiais. Que coisa triste! O bolsonarismo fez isso, armou as pessoas. Boa parte das armas vem do contrabando, da bandidagem. O relatório do Deputado Derrite é pró-facção, isso eu sei, mas eu quero saber de onde vem a grana que permite que essa gente faça tudo o que faz.

A nota da Receita Federal e da Polícia Federal é clara. Nós estamos combatendo também o PCC, que tem postos de combustíveis, que tem outras riquezas, que está chegando à Faria Lima, aos ricos que estão envolvidos no comando e que beneficiam o crime organizado. É isso que nós temos que



combater. E o Deputado Derrite vem aqui, a extrema direita, para enfraquecer o trabalho da Polícia Federal e facilitar o crime.

Vocês se deram conta do que representam? Vocês representam estímulo ao PCC, ao crime organizado!

Para concluir, querido Presidente Alberto Fraga, só tenho uma coisa a dizer: povo brasileiro, assim como vocês derrubaram a PEC da bandidagem, da blindagem para o criminoso político, vamos derrotar também essa blindagem que querem dar agora — o Derrite, o Tarcísio, a extrema direita — ao crime organizado, ao PCC.

O que precisa ser aprovado é a PEC da Segurança, do Presidente Lula e do Ministro Lewandowski, e o projeto antifacção, não o relatório pró-facção do Derrite, que, infelizmente, dificulta a ação e diminui a força da nossa Polícia Federal. É lamentável. Mas nós temos como corrigi-lo, rejeitando o relatório e aprovando o projeto. É isso que precisamos fazer.

Sociedade brasileira, mobilização! Antifacção, e não pró-facção!

Documento 10/19

245.2025	Sessão Ordinária - CD	11/11/2025-16:08
Publ.: DCD - 12/11/2025 - 81	Reginaldo Lopes-PT -MG	
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

O Deputado defendeu o aprimoramento das políticas públicas de segurança pública e recordou sua participação na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) de Violência Contra Jovens Negros e Pobres, na qual apresentou proposições legislativas voltadas ao tema. Ademais, afirmou que o combate às facções criminosas exige integração plena entre todas as forças policiais, uso de tecnologia, informação e inteligência, em consonância com a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 18, de 2025, que trata do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP). Criticou ainda o relatório do Deputado Guilherme Derrite relativo ao Projeto de Lei nº 5.582, de 2025, que dispõe sobre o combate às organizações criminosas no País, por limitar a atuação da Polícia Federal e reduzir sua eficiência investigativa. Ao final, apelou ao Parlamento para que o relatório seja revisto, de modo a fortalecer o enfrentamento nacional ao crime organizado.

O SR. REGINALDO LOPES (Bloco/PT - MG. Sem revisão do orador.) -



Presidente Alberto Fraga, eu quero falar de um dos mais importantes temas de política pública para o futuro do nosso País: o combate ao crime organizado, às facções criminosas.

Eu quero relembrar uma passagem que tive pela CPI da Violência Contra Jovens Negros e Pobres. Nós apresentamos ali um conjunto de proposições legislativas, porque o grande desafio deste País e do Parlamento brasileiro é olhar para a qualidade das políticas públicas de segurança pública para além dos interesses meramente corporativos. É evidente que as corporações devem ser representadas, mas, no exercício da atividade Parlamentar, o compromisso é com o povo brasileiro, é com o Estado brasileiro.

O tema segurança pública talvez seja o tema das garantias individuais e coletivas que, na prática, nunca foi socializado, democratizado e, menos ainda, tornado de domínio popular. Sempre ficou muito concentrado naqueles que exercem a vida pública, mas que são também agentes do sistema de segurança.

Eu quero dizer isso por quê? Porque, de fato, o Presidente Lula tomou a iniciativa de enviar a esta Casa uma PEC sobre segurança pública, que, na minha avaliação, é correta, do ponto de vista da criação de um Sistema Único de Segurança Pública — Susp baseado na plena integração entre todas as forças de segurança deste País, baseado em tecnologia e informação, mas não baseado em operações de mata-mata, de banguê-banguê. Depois, encaminhou, com muita ousadia, um projeto para sufocar e combater as facções criminosas.

O fato é: quem me conhece sabe que desde 2015 eu defendo que, se existe uma polícia, seja ela patrimonial, municipal, de turismo, penal, militar, estadual, ela deve ser uma polícia de ciclo completo. O problema, Presidente Rui Falcão, é que o Brasil herdou um modelo de meia polícia, totalmente ineficiente e caro para o Estado brasileiro.

Imaginem agora que o Deputado Guilherme Derrite, ao pegar esse projeto sobre facção criminosa, quer tirar a eficiência da Polícia Federal, que tem o poder constitucional de ser uma polícia de ciclo completo para poder investigar.

A quem interessa transformar a Polícia Federal numa meia polícia, como é, em especial, a Polícia Civil, que é a polícia estadual?

Eu continuo com a mesma posição que tinha em 2015, quando apresentei várias emendas à Constituição Federal, inclusive, para a criação do Susp — Sistema Único de Segurança Pública, mas, em especial, para alterar o art. 144 e permitir que todas essas polícias literalmente tivessem poder, inclusive, de investigação. Isso desprivatizaria esse poder do delegado da Polícia Judiciária, que é a Polícia Civil, de ser dono dos inquéritos.

Portanto, se queremos discutir um novo modelo, muito mais eficiente, e fazer com que essas polícias sejam eficientes e lógicas, cidadãs, de aproximação, comunitárias, baseadas na dignidade humana, mas também eficazes para



combater o crime, para combater o roubo, para combater as milícias e as facções criminosas, nós não podemos, de fato, aceitar esse ataque que é feito no relatório do Deputado Guilherme Derrite à Polícia Federal. Isso não interessa ao Estado brasileiro, ao povo brasileiro, isso impede de fato que se realizem operações, baseadas na informação, na inteligência e na tecnologia, para asfixiar todas essas organizações.

Quero dialogar de maneira fraterna com esta Casa, para que possamos, dialogando com o Relator desta proposição legislativa, aperfeiçoar uma oportunidade histórica: a de libertarmos o povo brasileiro e de combatermos essas milícias, essas organizações criminosas que tentam desapropriar a produção de riqueza da nossa gente, do nosso povo, em especial das comunidades mais populares e periféricas.

Obrigado, Presidente.

Documento 11/19

248.2025	Sessão Ordinária - CD	12/11/2025-17:08
Publ.: - -	Bohn Gass-PT -RS	
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

O Deputado defendeu a aprovação das iniciativas do Presidente Lula para o combate ao crime organizado, destacando a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 18, de 2025, que dispõe sobre competências da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios relativas à segurança pública, apresentada como instrumento de integração inteligente das polícias, do aparato judicial e de órgãos especializados, sem prejuízo da autonomia dos Estados. Ademais, sustentou que o Projeto de Lei nº 5.582, de 2025, do Poder Executivo, fortalece o enfrentamento às organizações criminosas e criticou o Relator, Deputado Guilherme Derrite, por suprimir atribuições da Polícia Federal, reduzindo sua capacidade de atuação. Ao final, contestou alterações relativas ao perdimento de bens, alegando que o Relator dificulta a destinação dos recursos à estruturação da Polícia Federal.

O SR. BOHN GASS (Bloco/PT - RS. Sem revisão do orador.) - Presidente, Deputado Hugo Motta, colegas Deputados e Deputadas, eu me inscrevi novamente para representar a tese que nós estamos apresentando e que precisa ser repetida frente a tantas desinformações que são dadas aqui sobre segurança pública.

Eu preciso reafirmar aqui: o Presidente Lula está mandando duas iniciativas importantes para nós combatermos o crime organizado, PCC, milícias, todos



que atentam contra a segurança das pessoas. A primeira é a PEC da Segurança. A PEC da Segurança sintetiza uma organização inteligente, uma rede inteligente de todas as polícias, de todo aparato policial, do Judiciário do Brasil, para o enfrentamento conjunto disso que de fato é um peso para sociedade brasileira, que é a violência e insegurança infelizmente vividas hoje.

Então, essa PEC da segurança foi construída... O Ministro Lewandowski conversou por muito tempo com especialistas, com estudiosos, com cientistas, com a academia e com quem atua na segurança na ponta. Esse projeto precisa ser aprovado; infelizmente, há resistência aqui por parte da extrema direita, baseada, também, em argumentos falsos, de que isso tiraria autonomia dos Estados. Não é verdade. Mantém-se a autonomia dos Estados em sua responsabilidade com as polícias estaduais, mas integra uma inteligência para o combate, tão necessário, ao crime organizado. Essa é a primeira iniciativa: a PEC da Segurança.

A segunda é a Lei Antifacções. E eu repito aqui: a Lei Antifacções atua exatamente para combater, de forma organizada e com penalizações mais duras, o crime. É um combate claro, articulado, contra quem está dominando territórios e ameaçando a segurança da Nação.

Infelizmente, o relatório apresentado pelo Secretário do Governo de São Paulo, nosso colega Guilherme Derrite, aliviou justamente o projeto do Presidente Lula, que é duro em relação ao crime. No momento em que ele retira tarefas e enfraquece a ação da Polícia Federal — pasmem! — enfraquece a ação da Polícia Federal, o que é gravíssimo, nós temos que reforçar a ação da Polícia Federal.

Em segundo lugar, no projeto específico que ele apresenta agora — no relatório em que voltou atrás —, ainda há muita dúvida, e ele continua devendo uma resposta à sociedade brasileira: o perdimento de bens.

O projeto do Presidente Lula é claro: quem está no tráfico tem que perder os bens. Esses bens devem ser transferidos para o setor de Justiça e Segurança do País, principalmente para reforçar as ações da Polícia Federal. E o Relator dificulta exatamente essa ação.

Presidente, o fato de o perdimento dos bens não ter uma ação mais rápida e passar por um processo civil vai atrasar, e muito, o repasse de recursos para a estruturação da Polícia Federal.

Então, o projeto continua enfraquecendo a Polícia Federal. Isso nós não podemos aceitar, porque, em nenhum momento, aceitaremos algo que restrinja a ação da Polícia Federal.

Aprovar a PEC da Segurança é aprovar o projeto do Presidente Lula, e não o que o Deputado Derrite apresentou aqui, enfraquecendo a Polícia Federal.



Documento 12/19

251.2025	Sessão Ordinária - CD	18/11/2025-14:24
Publ.: - -	Patrus Ananias-PT -MG	
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

O Deputado ressaltou os debates conduzidos pela Comissão Especial que analisa a PEC da Segurança Pública, enviada pelo Governo Federal, a Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 2025, que altera os art. 21, art. 22, art. 23, art. 24 e art. 144 da Constituição, para dispor sobre competências da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios relativas à segurança pública. Afirmou que o Brasil enfrenta o desafio de consolidar um modelo de segurança pública cidadã, alinhado ao Estado Democrático de Direito e ao direito à vida. Defendeu que o combate ao crime organizado exige coordenação nacional, com liderança da União, devido à atuação das facções em escala interestadual e internacional. Ressaltou, contudo, que a articulação deve envolver também Governos Estaduais, Municipais, forças de segurança federais e estaduais, além da sociedade civil. Observou que o crime organizado ocupa áreas urbanas periféricas e avança em regiões como a Amazônia e os sertões. Afirmou que a repressão armada é necessária, mas deve ser acompanhada de ações de inteligência, citando a Operação Carbono Oculto como exemplo de investigação que atingiu estruturas financeiras e empresariais relacionadas ao crime. Também vinculou o enfrentamento da violência a políticas estruturantes, afirmando que o país precisa superar desigualdades históricas relacionadas à escravidão, à concentração fundiária e ao patriarcalismo. Na continuidade, defendeu investimentos contínuos em educação pública de qualidade, formação técnica, cultura, moradia e geração de emprego como parte do esforço de segurança pública. Concluiu defendendo que a segurança seja tratada como política pública integrada às demais áreas sociais.

O SR. PATRUS ANANIAS (Bloco/PT - MG. Sem revisão do orador.) - Deputado Leo Prates, que preside os nossos trabalhos, na sua pessoa, eu quero saudar todas as colegas e os colegas Parlamentares presentes; quero saudar também as pessoas que servem a esta Câmara e que possibilitam as nossas atividades. Quero parabenizá-las, parabenizá-los e agradecer-lhes.

Participei hoje, mais uma vez, de uma reunião da Comissão Especial que está examinando a PEC da Segurança Pública, encaminhada pelo Governo do Presidente Lula a esta Casa. Eu considero que haja um desafio na segurança pública cidadã. Uma segurança pública realmente comprometida com o Estado Democrático de Direito, com o direito à vida é fundamental hoje no nosso País.

Um ponto que nós estamos refletindo na Comissão é exatamente sobre a busca de uma coordenação, de uma integração. É claro que será sob a Liderança do



Governo nacional, porque o crime organizado hoje perpassa todo o território nacional, inclusive com redes internacionais. Para confrontar o crime organizado e derrotá-lo, é fundamental a presença efetiva do Governo nacional, mas também é importante a efetiva participação dos Governos estaduais e até mesmo dos Governos municipais, além da participação efetiva dos organismos militares nos níveis federal e estadual e da sociedade civil.

A questão do crime organizado é um desafio nacional, ocupando hoje em torno de 20% do território nacional, não apenas na periferia... "Não apenas" não é bem a expressão. Além de estar presente na periferia, nas regiões mais empobrecidas, aumentando o sofrimento das pessoas, das famílias, das comunidades pobres na periferia das grandes cidades, o crime organizado está presente também na Amazônia, nos sertões brasileiros.

Então, é claro que o crime organizado precisa ser confrontado com ações enérgicas, militares, mas, sobretudo, colegas Parlamentares, com ações de inteligência, como foi ação que houve em São Paulo, em que nós vimos resultados positivos. Nós temos que buscar, com determinação, os que financiam o crime organizado, os cabeças, as lideranças, que não estão nas favelas, que não estão nas vilas. Nós sabemos onde estão e como estão, inclusive nessa rede do crime organizado, até mesmo com setores comerciais e industriais do País, como vimos nas informações das investigações competentes da Carbono Oculto.

Nesse sentido, Sr. Presidente e colegas Parlamentares, nós consideramos importante a ação enérgica das corporações, das entidades militares, mas pensamos também que é fundamental uma ação forte no nosso País, para evitar as raízes da violência e do crime.

O nosso País tem uma história que nós precisamos superar: a história da escravidão, que projeta até hoje as suas sombras, após quase 400 anos. A escravidão no Brasil esteve ligada ao latifúndio, à propriedade de terras inexploradas, ao coronelismo, ao mandonismo, ao patriarcado, ao machismo. E nós precisamos confrontar esta situação no Brasil e superá-la definitivamente.

Estamos entre os sete países mais desenvolvidos e com as maiores potencialidades do mundo. Podemos, inclusive, chegar mais à frente, mas estamos também, e isso é uma questão secular, entre as três ou quatro nações mais injustas e desiguais do mundo. É claro que não estou dizendo aqui, Presidente e colegas Parlamentares, que os pobres caminham para o crime. Não se trata disso. Pelo contrário, nós temos uma pobreza honrada, o povo brasileiro é um povo digno, mas nós precisamos cuidar melhor das nossas crianças pobres, garantir às nossas crianças empobrecidas escolas públicas de qualidade em todos os níveis, desde a educação infantil, passando pelo ensino fundamental, pelo ensino médio, acesso a cursos técnicos altamente qualificados, às universidades.

Concluindo, Presidente, registro que foi colocado muito bem na reunião de hoje da Comissão que a segurança pública deve entrar no campo das políticas



públicas e, como política pública, deve buscar espaços de conexão com as outras políticas públicas, a educação, a cultura, as políticas de geração de emprego e de moradia.

Por isso, eu penso que esta Comissão vem desenvolvendo um importante trabalho e deixo aqui o nosso abraço fraterno, pedindo, Presidente, que a nossa fala seja devidamente reproduzida nos canais...

(Desligamento do microfone.)

Documento 13/19

251.2025	Sessão Ordinária - CD	18/11/2025-20:52
Publ.: - -	José Guimarães-PT -CE	
	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

O Deputado orientou a bancada na votação do substitutivo do Projeto de Lei (PL) nº 5.582, de 2025, que altera a Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013, o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, a Lei nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989, e a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, para dispor sobre o combate às organizações criminosas no País. Além disso, defendeu o compromisso do Governo Federal no combate ao crime organizado e às facções criminosas, rebatendo críticas da Oposição e conclamando respeito ao Parlamento e às divergências políticas. Afirmou que as principais proposições de enfrentamento da criminalidade partiram do Governo, como a PEC da Segurança (Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 2025) e o Projeto Antifacção (PL nº 5.582, de 2025). Ademais, reforçou a importância da integração da Polícia Federal com as polícias estaduais, além de ações articuladas entre órgãos como Receita Federal, Banco Central e Coaf. Ainda, comparou o projeto do Executivo com o substitutivo ao PL nº 5.582, de 2025, do Relator, Deputado Guilherme Derrite, criticando a ausência de acolhimento das sugestões propostas, como a previsão de perdimento automático de bens ilícitos. Por fim, reiterou que o combate ao crime deve se dar com inteligência e punição nos termos da lei e garantiu que não há proteção a criminosos na atual gestão.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (Bloco/PT - CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, qualquer debate político que nós fazemos aqui dentro tem que ser dirigido e presidido pelo respeito. Eu respeito o relatório que foi feito pelo Deputado Derrite. Nós o respeitamos, como respeitamos as divergências. Jamais vocês da Oposição vão ver da nossa parte os adjetivos que são ditos costumeiramente nesse microfone. Vocês



deviam respeitar o Parlamento. Já que não querem respeitar o Presidente da República, respeitem este Parlamento, que foi dirigido por Ulysses Guimarães. Respeitem-no. Todos que estamos aqui exigimos respeito, da Oposição e do Governo, delegados pelo povo brasileiro de cada Estado.

O que nós temos nesse projeto, Sr. Presidente, fizemos com todo o esforço, ainda hoje, no final da tarde, para buscar uma construção coletiva que permitisse o entendimento neste momento. Dizer aqui que nós não temos o compromisso de combater o crime organizado e as facções no Brasil é uma mentira. Sabe por quê? Porque foi o nosso Governo, o Presidente Lula, que encaminhou para esta Casa a PEC da Segurança. Até agora V.Exas. não quiseram votar a política de integração com as Polícias Militares dos Estados e a Polícia Federal. Fomos nós que encaminhamos o projeto antifacção.

Era só o que faltava, Deputada Maria do Rosário, dizer aqui que nós não temos compromisso. Foi o Lula que encaminhou o projeto antifacção, definindo um conceito fundamental, que é a caracterização do tipo penal. Não se trata de um tipo penal diferente ou de algum tipo penal duvidoso, mas de facção criminosa. Facções criminosas têm que ser combatidas com rigor, com aumento de penas e, sobretudo, com a intervenção e a ação da Polícia Federal.

O nosso projeto, que nós encaminhamos aqui, é uma proposição mais forte do ponto de vista do Plano Nacional de Segurança Pública. Trata-se de um projeto que, na sua espinha dorsal, tem uma coisa que ninguém fala, que é o combate à interdição daquilo que é fundamental para o crime. Quem financia o crime organizado no Brasil? Quem financia as facções criminosas no Brasil? É o dinheiro. De onde vem esse dinheiro? É de lavagem?

O nosso combate é sem trégua. Não é demagogia barata de qualquer um, não são factoides que são lançados.

Nós apresentamos, Presidente, as duas principais matérias de combate ao crime organizado no Brasil e às facções: a PEC da Segurança e o Projeto Antifacção.

Por que não foi votada a PEC da Segurança, Deputado Alice, que está tramitando e cujo Relator é o Deputado Mendonça? Vamos votá-la! O que diz a PEC da Segurança? Ela integra, fortalece a ação da Polícia Federal, planeja e investe, sobretudo, na inteligência. Não se combatem organização criminosa e facção criminosa, sem inteligência, sem ação, sem integração da Polícia Federal com as polícias militares.

A Polícia Federal é incrível, Deputado Líder do PT, Deputado Pedro Campos.

Eu fiquei estarecido com o que eu ouvi hoje de manhã: a prisão do dono do Banco Master. Ninguém fala nada. Por que isso? Quem investigou isso? Foi a Polícia Federal, que hoje é dirigida e tem uma orientação clara do nosso Governo. Ela é independente para investigar, ela é independente para apurar.

O nosso projeto aponta para um combate sem tréguas às organizações



criminosas e às facções criminosas. Nós não temos pactuação nenhuma, nós não temos qualquer iniciativa de fortalecer esses movimentos, muito pelo contrário. O Ministro Lewandowski, quando discutiu conosco o projeto que está em discussão aqui, disse: *"Meus líderes, a espinha dorsal desse projeto é o tipo penal que caracteriza como facção criminosa"*.

Ao lado disso, eu vou dizer para vocês que eu estou vendo o Governador Caiado no plenário. S.Exa. foi Deputado comigo na legislatura passada.

Caiado, nós sempre travamos bons debates aqui dentro. V.Exa. faz falta aqui. Sabe por quê? Porque V.Exa. sempre teve respeito conosco, coisa que falta, muitas vezes, aos seus aliados daqui. Falta respeito com a democracia, com este Parlamento e com o País. Faz falta gente com esse padrão. Independentemente das nossas divergências, daquilo que ideológica e programaticamente nós pensamos, esse debate tem que ser feito.

E o projeto do Deputado Derrite no que diz respeito ao perdimento de bens?

Eu vou citar algumas diferenças entre os projetos. Nós não o apoiamos porque faltou a grandeza por parte do Relator de acolher aquilo que nós sugerimos.

Por exemplo, na questão do perdimento de bens, a quinta versão diz: *"É claro que exige o risco concreto de dissipação do patrimônio"*. O nosso projeto diz que isto é automático: se os bens são de origem ilícita, não há que se esperar nenhuma tramitação. Trata-se de uma ação direta, que tem que ser feita. O relatório do projeto prevê cooperação parcial não integrada, mas nós propusemos integração plena de Polícia Federal, Receita, Bacen e Coaf.

É assim que se combatem as facções criminosas e o crime organizado, não é com conversa fiada, não é matando simplesmente. Essa ideia de bandido bom é bandido morto não é civilizatória! Nós queremos bandido na cadeia. Nós queremos que bandido seja preso, nós queremos que bandido seja punido ao rigor da lei, da legislação brasileira.

Não façam factóide como se aqui estivesse alguém... Ou não foi correta a discussão que nós fizemos com o Relator nesse tempo todo? Ou não foi correto o que nós fizemos, Deputados Líderes, aqui neste momento? Fizemos uma construção. Não foi possível no final concordarmos com tudo. E é por isso que nós votamos pela preferência do projeto original, oriundo do Poder Executivo, porque ele tem início, meio e fim, ele integra, ele respeita a legislação penal brasileira. E é com ela que nós vamos votar, sim!

Não tememos. Não há problema, Deputado Pedro Campos, em votar "não". Muitas vezes, quando a gente vota "não", é claro que a Oposição usa isso irresponsavelmente. Mas nós estamos votando com a nossa consciência, com a consciência de quem tem compromisso com este País, tem compromisso com a segurança pública, tem compromisso com o combate sem trégua às organizações criminosas e às facções criminosas.



Por isso, neste momento, eu não posso deixar de falar em nome do Governo do Presidente Lula, como Líder que sou, para dizer que nós estamos juntos. Nós vamos seguir na mesma trincheira de luta no Senado Federal e vamos tomar, Deputada Jandira, muitas medidas práticas, como já estamos tomando. Todo dia há uma operação da Polícia Federal, todo dia estamos fazendo uma ação, porque no nosso Governo não há lugar para proteger bandido. Muito pelo contrário, bandido tem que ser punido ao rigor da lei.

Muito obrigado, senhoras e senhores.

Documento 14/19

251.2025	Sessão Ordinária - CD	18/11/2025-17:24
Publ.: - -	Neto Carletto-AVANTE -BA	
	BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

O Deputado destacou que a discussão da PEC da Segurança Pública representou um momento relevante para o Parlamento, em meio ao avanço das facções e ao pedido da sociedade por tranquilidade. Relatou ter participado de reunião de Líderes sobre o tema e defendeu a união entre Governo Federal, Estados e Municípios no enfrentamento ao crime. Mencionou que a Bahia vivia desafios na área, embora o Governo estadual estivesse investindo no setor. Ademais, afirmou que a efetivação de mudanças legais pelo Congresso era essencial para fortalecer políticas de segurança e responder às demandas da população.

O SR. NETO CARLETTO (Bloco/AVANTE - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, gostaria de dizer que hoje é um momento ímpar para esta Casa. Acabei de participar da reunião de Líderes com o Presidente Hugo Motta e os demais Líderes desta Casa, porque estamos discutindo a pauta da PEC da Segurança Pública, em um momento em que o nosso País clama pelo combate às facções e organizações criminosas, e a sociedade clama por paz. Esse é um tema que merece o nosso carinho e a nossa atenção total, para que possamos unir o Governo Federal, os Governos Estaduais e os Governos Municipais em prol da segurança pública.

Eu que sou do Estado da Bahia enfrento grande dificuldade nesse tema. Nosso Governador Jerônimo Rodrigues tem feito investimentos pesados na segurança no nosso Estado, tem enfrentado o tema, mas somente isso não é necessário. Precisamos do braço do Governo Federal e dos Governos Municipais, precisamos que a legislação seja efetivada nesta Casa para que juntos possamos enfrentar esse tema tão caro à nossa sociedade e que, com certeza, merece a



atenção desta Casa.

Muito obrigado pela oportunidade, Presidente.

Documento 15/19

251.2025	Sessão Ordinária - CD	18/11/2025-21:04
Publ.: DCD - 19/11/2025 - 201	Alice Portugal-PCdoB -BA	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

A Deputada afirmou que o Presidente Lula adotou postura acertada ao enviar ao Congresso o Projeto de Lei nº 5.582, de 2025, que altera a Lei nº 12.850, de 2013, o Código Penal, o Código de Processo Penal, a Lei nº 8.072, de 1990, a Lei nº 7.960, de 1989, e a Lei nº 7.210, de 1984, para dispor sobre o combate às organizações criminosas no País; e lembrou que a Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 2025, que altera os art. 21, art. 22, art. 23, art. 24 e art. 144 da Constituição, para dispor sobre competências da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios relativas à segurança pública, denominada PEC da Segurança Pública, também encaminhada pelo Executivo, segue parada e precisa de esclarecimentos quanto à sua tramitação. Afirmou que o enfrentamento às organizações criminosas deve ser firme, mas sem comprometer a estrutura do Estado brasileiro. Disse que não é possível “anular o papel da Polícia Federal (PF)” nem promover uma reforma administrativa para neutralizar a Polícia Judiciária. Também mencionou que, em diferentes regiões do País, milícias chegaram a ser legitimadas localmente, o que, em sua avaliação, exige atenção redobrada na definição dos instrumentos legais. Por fim, destacou que continuará acompanhando o debate no Senado, com foco na especialização do texto, para fortalecer políticas públicas, garantir a atuação coordenada dos órgãos de inteligência e assegurar que o combate às organizações criminosas mantenha o Estado como protagonista na promoção da justiça social.

A SRA. ALICE PORTUGAL (Bloco/PCdoB - BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Muito obrigada, Presidente.

Primeiro, eu não poderia deixar que esta noite terminasse sem dizer que o Presidente Lula foi assertivo ao enviar o projeto para esta Casa. Antes disso, enviou a PEC da Segurança Pública ainda empacada por circunstâncias que precisam ser esclarecidas.

Nós não podemos anular o papel da Polícia Federal. Estamos tratando do Estado brasileiro e não vamos fazer uma reforma administrativa para



neutralizar a Polícia Judiciária brasileira.

Por isso mesmo, é necessário acertar o passo em relação aos termos do projeto. Sem dúvida alguma, ele melhorou. Nós vamos, com dureza, enfrentar as facções criminosas, mas não é possível neutralizar a união do processo da inteligência e do acompanhamento do Estado brasileiro a essas questões, pois, infelizmente, em muitos lugares do País a milícia foi credenciada.

Então, quanto à matéria em tela, continuaremos acompanhando no Senado Federal a sua especialização, para banirmos as organizações criminosas e elegermos o Estado como verdadeiro protagonista de políticas públicas para a garantia da busca da justiça social.

Documento 16/19

251.2025	Sessão Ordinária - CD	18/11/2025-21:16
Publ.: DCD - 19/11/2025 - 203	Pedro Campos-PSB -PE	
	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

O Deputado afirmou que o debate sobre o Projeto de Lei nº 5.582, de 2025, que altera a Lei nº 12.850, de 2013, o Código Penal, o Código de Processo Penal, a Lei nº 8.072, de 1990, a Lei nº 7.960, de 1989, e a Lei nº 7.210, de 1984, para dispor sobre o combate às organizações criminosas no País, perdeu o caráter de política de Estado e foi transformado em “palanque político-eleitoral”. Disse que esse desvio de finalidade compromete a credibilidade do processo e produz percepções distorcidas na sociedade. Explicou que o relatório do Deputado Guilherme Derrite passou por seis versões, gerando “confusão jurídica” e dúvidas sobre o fortalecimento ou enfraquecimento de órgãos essenciais, como a Polícia Federal (PF). Além disso, criticou o que chamou de “populismo penal” e de construção de narrativas que atribuem à esquerda resistência à atuação policial nas comunidades e à direita tolerância com crimes financeiros. Afirmou que, ao polarizar o tema, o Parlamento se distancia de uma resposta unificada contra facções criminosas que avançam sobre territórios, estruturas do Estado e instituições financeiras. Na continuidade, lembrou que o Governo Lula tratou a segurança pública como agenda nacional ao chamar Governadores para debater a Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 2025, que altera os art. 21, art. 22, art. 23, art. 24 e art. 144 da Constituição, para dispor sobre competências da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios relativas à segurança pública, denominada PEC da Segurança Pública, defendendo que o enfrentamento ao crime organizado exige coordenação, consenso e cooperação federativa. Por fim, ressaltou que qualquer resultado da votação será insuficiente para reparar o dano político já provocado pela transformação do tema em disputa eleitoral.



O SR. PEDRO CAMPOS (PSB - PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu poderia subir a esta tribuna agora para falar dos problemas do relatório do Deputado Guilherme Derrite, da confusão jurídica que ele cria, do retrocesso que representa em relação ao perdimento e ao confisco de bens, ou falar também aqui para o Relator Derrite sobre o desfinanciamento da Polícia Federal. Eu poderia falar ainda ao nobre Relator sobre ele ter acatado a emenda que aumenta a pena para o garimpo ilegal, sobre o endurecimento das penas.

Porém, há muito tempo, Deputado Derrite, o problema já havia virado outro, porque o problema é de origem, e é importante que isso seja dito. O problema é quando transformam uma pauta do Estado brasileiro em uma pauta de palanque político-eleitoral. Esse é o grande problema que foi criado aqui.

Quando a gente vê Governadores que são pré-candidatos à Presidência da República quererem deturpar um projeto do Presidente Lula para fazer cena para as eleições do ano que vem, infelizmente, quando isso acontece, independentemente do resultado que vai aparecer agora no painel, o Estado brasileiro já está derrotado, porque, amanhã, o que vão falar não é do relatório do Deputado Derrite nem do voto de ninguém. O que será dito nas ruas é que a Esquerda não quer que a polícia entre na favela e que a Direita não quer que a polícia vá à Faria Lima ou ao Banco Master prender aqueles criminosos de colarinho branco. É isso que as ruas vão dizer. E, nesse mesmo tempo, sabe o que vai acontecer? Infelizmente, o PCC, o Comando Vermelho e as facções criminosas vão continuar a marcha de se infiltrarem no Estado brasileiro, de se infiltrarem nas instituições financeiras e de colocarem medo na população da favela.

O fato é que, quando nós transformamos esse debate simplesmente em um palanque eleitoral, todos nós aqui saímos derrotados dessa discussão. Saímos enfraquecidos, saímos divididos em um tema que deveria unir a sociedade brasileira e unir este Parlamento, que votou mais de 40 projetos por unanimidade na pauta de segurança pública.

O Governo do Presidente Lula, quando apresentou a PEC da Segurança, chamou todos os Governadores ao Palácio do Planalto. O Governador Caiado, que está aqui presente no plenário da Câmara, foi lá debater com o Presidente Lula a PEC da Segurança, porque o Governo do Presidente Lula entendia que esse é um assunto de Estado, que deve ser tratado para além das polarizações políticas, para além dos palanques das redes sociais. Infelizmente, a escolha tomada aqui no dia de hoje foi a de transformar um debate sério, um assunto importante, uma demanda da sociedade brasileira — que é enfrentar de maneira mais dura as facções criminosas — em simplesmente um palco para palanque eleitoral, para populismo penal e para a criação de uma confusão jurídica.

Aqui, eu preciso registrar que tudo isso que aconteceu ficou muito nebuloso na cabeça da sociedade brasileira, porque foram seis versões diferentes do relatório. Na primeira, enfraqueciam-se, inclusive, as prerrogativas da Polícia Federal. Nesta última, permanece ainda um desfinanciamento da Polícia



Federal. E tudo o que o povo se pergunta agora é se realmente esta Casa tem coragem de unir a boa política para enfrentar todos os criminosos do Brasil, quer estejam eles oprimindo o povo na favela, quer estejam nos bancos, nas organizações do mercado financeiro ou até dentro da própria política.

Infelizmente, à sociedade brasileira restará essa dúvida, e esta Casa sairá derrotada desse processo, qualquer que seja o resultado da votação.

Documento 17/19

257.2025	Sessão Ordinária - CD	25/11/2025-18:20
Publ.: DCD - 26/11/2025 - 93	Maria do Rosário-PT -RS	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

A Deputada orientou a bancada na votação do Projeto de Lei nº 1.496, de 2021, que altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), e a Lei nº 12.037, de 1º de outubro de 2009, para dispor sobre a obtenção do perfil genético na identificação criminal. Ademais, defendeu a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 18, de 2025, do Poder Executivo, que constitucionaliza os princípios do Sistema Único de Segurança Pública, garantindo autonomia aos órgãos de perícia e aos institutos e departamentos médico-legais.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (Bloco/PT - RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, a federação orienta...

O SR. CAPITÃO ALBERTO NETO (PL - AM) - O PL é "sim", Presidente.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (Bloco/PT - RS) - Sr. Presidente, todo o tempo usam o microfone dessa forma.

Sr. Presidente, a federação orienta "sim".

Nós sempre sustentamos a importância de que o trabalho para enfrentarmos a violência e constituirmos um país com segurança pública exige que atuemos também a partir da polícia científica, incentivando cada vez mais a área técnica pericial.

Sustentamos, inclusive agora, quando estamos debatendo a PEC da Segurança Pública, constitucionalizando os princípios do Sistema Único de Segurança Pública, que tenhamos a autonomia assegurada dos órgãos de perícia e dos institutos ou departamentos de medicina legal.

Para nós, Sr. Presidente, esta proposta contribui para elucidar crimes que



abrangem toda a sociedade, como os de natureza sexual e os praticados contra a vida. Por isso...

(Desligamento do microfone.)

Documento 18/19

261.2025	Sessão Ordinária	26/11/2025-13:55
	CD	
Publ.: DCD - 27/11/2025	- Roberto Duarte-REPUBLICANOS -AC	
217		
	ENCERRAMENTO	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO

Sumário

O Deputado abordou a crise de segurança pública na Amazônia Legal, particularmente no Acre, onde 17 organizações criminosas operam em 344 dos 772 Municípios da região, com o Comando Vermelho e o Primeiro Comando da Capital consolidando poder avassalador. Assinalou que o Acre é o único Estado amazônico com presença de facções em 100% de seus Municípios, transformando-se em corredor vital para o narcotráfico internacional e gerando sobreposição de crimes ambientais. Destacou que a taxa de homicídios na região é 31% acima da média nacional e que o aumento do consumo de entorpecentes, especialmente o "óxi", agrava a crise humanitária. Além disso, apontou a inadequação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 18, de 2025, da Segurança Pública e do Projeto de Lei nº 5.582, de 2025, chamado Lei Antifacção, que carecem de ações específicas para os dilemas amazônicos. Por fim, demandou políticas públicas direcionadas à Amazônia e ação coordenada do Estado brasileiro para recuperar o controle territorial e proteger a população.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO ROBERTO DUARTE (SEM REGISTRO TAQUIGRÁFICO).

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Parlamentares, venho a esta tribuna para tratar sobre tema que atinge a Amazônia, e de forma particularmente cruel, o meu estado do Acre.

A recente divulgação da quarta edição da pesquisa "Cartografias da



Violência na Amazônia" pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) não é apenas um alerta, mas um grito de socorro que ecoa de forma muito preocupante. Os dados são estarrecedores e não podem ser ignorados. O levantamento revela que há 17 organizações criminosas identificadas na Amazônia Legal, com o Comando Vermelho (CV) e o Primeiro Comando da Capital (PCC) consolidando seu poder de forma avassaladora.

Em 2023, o CV estava presente em 128 municípios da região e, neste ano, domina assustadoras 286 cidades. Quase metade dos 772 municípios amazônicos — nada menos que 344 — está sob alguma influência dessas organizações criminosas. Isso não é apenas uma estatística; é a confissão da derrota do Estado no controle de seus próprios territórios.

Para nós, acreanos, a situação é ainda mais dramática, se possível. O estudo do FBSP aponta que o Acre é o único estado da Amazônia Legal onde facções criminosas estão presentes em 100% dos seus municípios. Sim, caros colegas, em cada uma das nossas cidades, da capital Rio Branco às mais distantes localidades, a sombra do crime organizado se faz sentir.

O Comando Vermelho consolidou uma hegemonia preocupante, atuando sozinho em 16 a 18 municípios do nosso estado. Em Rio Branco, Assis Brasil, Brasileia, Epitaciolândia e Sena Madureira, as disputas se acirram, com o CV enfrentando o PCC e a facção local Bonde dos 13 (B13) em verdadeiras guerras por território. Rio Branco, a nossa capital, é apontada como o epicentro desses conflitos violentos.

O Acre, pela sua localização estratégica de fronteira, se tornou um corredor vital para o narcotráfico internacional, especialmente para a cocaína proveniente da Colômbia, Peru e Bolívia. Nossos rios, como o Juruá, que deveriam ser veias de vida e comércio lícito, são hoje rotas de escoamento de drogas que abastecem tanto o mercado interno quanto o externo. Essa expansão das facções não se limita ao tráfico de drogas; ela se ramifica para garimpo ilegal, extração de madeira predatória e pesca ilícita, criando uma sobreposição perigosa de crimes, violência e ilícitos ambientais que destroem a nossa floresta e a nossa gente.

As consequências dessa invasão são devastadoras. Os trabalhadores amazônidas, muitas vezes, veem-se forçados a depender economicamente do submundo, com o crime organizado se tornando, ironicamente, o "maior empregador" em muitas áreas. O medo se instala na floresta, nos rios e nas cidades, e a convivência entre os bandos do Sudeste e os grupos locais não é pacífica, resultando em um cenário de guerra que vitimiza nossos cidadãos.



A taxa de homicídios na Amazônia Legal é 31% acima da média nacional, atingindo 27,3 assassinatos por 100 mil habitantes. No Acre, embora a taxa de homicídios em 2023 (26,1 por 100 mil habitantes) tenha sido menor do que a média da Amazônia Legal (32,9), ela ainda é alarmante e reflete um período de intensa violência, que em anos anteriores, como entre 2015 e 2017, fez o Acre ocupar a indesejada segunda posição no ranking nacional de estados com maior taxa de homicídios.

É um paradoxo cruel: temos 100% de presença de facções, mas não lideramos os índices de cidades mais violentas, o que não significa menos sofrimento para nossa população. Não bastasse a violência e a subjugação econômica, a Amazônia vive hoje uma crise de saúde pública e humanitária. O aumento do consumo de entorpecentes traz a proliferação do "óxi", uma droga ainda mais devastadora que o crack, que atinge os mais vulneráveis e cria "minicracolândias" em nossas comunidades, antes poupadas dessa chaga.

Diante desse cenário apocalíptico, pergunto: Quais são as políticas públicas eficazes ou as propostas legislativas que o nosso governo federal e o Congresso Nacional têm apresentado para enfrentar essa guerra na Amazônia? Discute-se uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Segurança Pública e um projeto de lei antifacção enviado por "iluminados" do governo do Sr. Lula da Silva, mas é inadmissível que nessas iniciativas não haja uma única linha com ações voltadas especificamente para os dilemas da Amazônia, onde, como todos sabemos, o crime mais cresce, prospera e lucra. A negligência das autoridades, muitas vezes mais preocupadas com calendários eleitorais do que com a vida e a soberania do nosso povo, é um risco inaceitável. Essa degeneração causada pelo crime organizado não ameaça apenas a segurança e a saúde públicas; ela põe em cheque a soberania e a estabilidade do Estado brasileiro, as liberdades econômicas e o ambiente de negócios, e, no limite, a própria democracia.

A verdade é que, antes de chegar nos grandes centros urbanos, na paisagens de cartão postal, as drogas destroem a população da Amazônia, sem que exista um planejamento para combater as facções nas portas de entrada do tráfico.

Nós, parlamentares eleitos pela Amazônia, e eu, como representante do Acre, não podemos aceitar essa inação. É imperativo que o Estado brasileiro, em todas as suas esferas, reaja de forma coordenada, inteligente e ostensiva. Precisamos de políticas públicas específicas para a Amazônia, que considerem a nossa geografia, a nossa cultura, as nossas fronteiras



vulneráveis e a nossa gente. Precisamos proteger o meio ambiente, mas, acima de tudo, precisamos proteger as vidas que nele habitam. A hora é agora.

Ou o Estado brasileiro assume o controle da Amazônia, ou seremos engolidos pela barbárie. Não permitiremos que a negligência transformem nossa casa, o nosso Acre, em um território sem lei

Era o que tinha a dizer. Solicito que meu pronunciamento seja difundido na Voz do Brasil e demais órgãos de comunicação desta Casa.

Documento 19/19

26.2025.N	Sessão Ordinária - CD	27/11/2025-15:48
Publ.: DCN - 28/11/2025 - 79	Alberto Fraga-PL -DF	
	ORDEM DO DIA	OUTROS DISCURSO

Sumário

O Deputado pediu celeridade à votação, no Senado Federal, dos projetos de segurança pública já aprovados na Câmara dos Deputados, elogiando a atuação do Presidente da Casa, Hugo Motta. Ademais, defendeu a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 18, de 2025, que altera os art. 21, art. 22, art. 23, art. 24 e art. 144 da Constituição, para dispor sobre competências da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios relativas à segurança pública, e enfatizou a necessidade de harmonia entre as Casas para oferecer resposta efetiva à sociedade diante do crescimento da violência. Além disso, elogiou o empenho do Governador do Rio de Janeiro no combate ao crime organizado e enalteceu o Projeto de Lei nº 5.582, de 2025, que dispõe sobre o combate às organizações criminosas, por estabelecer penas mais severas. Ao final, alertou para o risco de que as matérias sejam arquivadas pelo Senado, a exemplo do ocorrido com a PEC nº 171, de 1993, que estabelecia a redução da maioridade penal.

O SR. ALBERTO FRAGA (PL - DF. Para discursar. Sem revisão do orador.) – Presidente, nós, aqui na Câmara dos Deputados, com a participação muito eficiente do nosso Presidente Hugo Motta, temos votado vários projetos da segurança pública. Ele tem elencado os projetos da segurança pública como prioridade para a sociedade brasileira, e nós já aprovamos quase 40 projetos de lei inerentes ao tema.

Eu quero fazer um apelo a V. Exa.: que a V. Exa. vote os nossos projetos. Votamos o projeto antifacção – um projeto importantíssimo – e outros projetos. Foram quase 40 projetos e, lamentavelmente, nem a CCJ ainda apreciou esses projetos de grande importância, para que a gente possa dar uma resposta para a sociedade sobre segurança pública. Nós temos aqui em discussão a PEC da



segurança pública, que, no dia 4 de dezembro, nós devemos votar. É evidente que vai haver pedido de vista, mas lá para o dia 11 deve ser votado o texto final.

Mas eu peço a V. Exa.: é importante que haja essa consonância da Câmara dos Deputados com o Senado Federal. De nada adianta a gente aprovar os projetos aqui, com a participação quase de todos... E, desses projetos que têm sido votados aqui, pouquíssimos não têm o apoio do Governo. Então, são projetos de grande importância para a sociedade brasileira. Eu, mais uma vez, peço a V. Exa. que converse com os Senadores e coloque para votar. Eu já falei com o Presidente da Comissão de Segurança Pública que é muito importante a votação dos projetos.

Nós temos que dar uma resposta urgente para a sociedade. Hoje, o povo não suporta mais tanta violência. E a gente tem visto aí, acompanhado o esforço hercúleo do Governador do Rio de Janeiro em combater o crime organizado, aquelas organizações criminosas. E nós precisamos avançar.

Já aumentamos as penas aqui. Eu sofri críticas, mas digo que, no momento em que nós aprovamos o projeto antifacção, não haveria que se equiparar com organização criminosa. Por quê? Porque as penas aplicadas aos crimes e às organizações criminosas que nós colocamos aqui são superiores às que são aplicadas aos crimes de terrorismo. E a linha que nós buscamos é o endurecimento de penas. Se está endurecendo as penas o suficiente para inibir a participação de marginais no crime, por que fazer essa equiparação? Tem um projeto aqui – se não me engano, do Danilo Forte – que trata desse assunto. Vamos resolver, então, com esse projeto de lei, mas o projeto antifacção é direcionado para as facções criminosas, as organizações criminosas, a que nós precisamos dar um basta. O que não dá é para a gente assistir constantemente a eles dominando o território, fazendo o que bem querem.

Ainda hoje, eu falava com o Governador sobre essas barricadas. Rio de Janeiro tem mais de 400 barricadas nas comunidades. As barricadas não só impedem a polícia de entrar no morro, não; a barricada também impede o morador, o trabalhador, que é trabalhador... Eu afirmo que, dentro das comunidades, hoje, 10% são de vagabundo, de bandido, mas a maioria são trabalhadores que precisam ter a participação do Estado para continuar trabalhando, continuando o seu dia a dia lá.

Mais uma vez, imploro a V. Exa. que votem os projetos da segurança pública para que não aconteça como aconteceu com a redução da idade penal: discutimos a idade penal aqui 20 anos – 20 anos! –, e o projeto prescreveu lá no Senado. É lamentável! E nós não queremos que aconteça isso com os projetos que a gente votou aqui na Câmara dos Deputados.

Muito obrigado, Presidente.

